



A importância das aposentadorias rurais para a economia baiana: evidência para o período 2010-2020

Jussara Leite Costa¹;
Fernanda Calasans C. L. Pessoti²;
Ivo Costa Novais³

Resumo: O presente trabalho consiste em analisar a importância da aposentadoria rural para a economia da Bahia, tendo em vista sua relevância como mecanismo de reposição e de complementação de renda. O território baiano é um dos estados brasileiros que ainda conta com uma população rural bastante expressiva. Em 2010, aproximadamente 28% da população baiana viviam em áreas rurais e parte desse total, tinha a agricultura familiar como atividade principal. Dado os baixos rendimentos que muitas vezes não é suficiente, a aposentadoria rural surge como um meio alternativo para as famílias rurais complementarem as suas rendas. Como objetivo, buscou-se analisar a evolução da aposentadoria rural e sua relação com o PIB da Bahia no período de 2010 a 2020. Como metodologia, foi realizado um estudo de natureza exploratória, utilizando uma análise descritiva, com uso prioritário de dados disponíveis em banco de dados secundários. O estudo mostra que entre os anos de 2010 a 2020, houve aumentos nas quantidades e valores dos benefícios previdenciários emitidos para a Bahia, tanto para a população urbana, como para a população rural, principalmente quando avaliada sua relação em termos do PIB, conjuntura em que as transferências monetárias recebidas se mostram bastante representativas.

Palavras-chave: Aposentadoria Rural. Bahia. Desenvolvimento Socioeconômico.

The importance of rural pension benefits for the bahia's economy: evidence for the period 2010-2020

Abstract: The present study aims to analyze the importance of rural retirement for the economy of Bahia, considering its relevance as a mechanism for income replacement and supplementation. The state of Bahia is one of the Brazilian states that still has a significantly rural population. In 2010, approximately 28% of the population in Bahia lived in rural areas, and a considerable portion of this total was engaged in family farming as their primary activity. Due to often insufficient low incomes, rural retirement emerges as an alternative and complementary means for rural families to supplement their incomes. The objective was to analyze the evolution of rural retirement and its relationship with Bahia's Gross Domestic Product (GDP) from 2010 to 2020. As a methodology, an exploratory study was conducted, using a descriptive analysis with a priority on data available in secondary databases. The study shows that between 2010 and 2020, there were increases in the quantities and values of pension benefits granted in Bahia, both for the urban and rural populations, particularly when evaluated in terms of GDP, the monetary transfers received proved to be quite significant.

Key Words: Rural Retirement. Bahia. Socioeconomic Development. Social Security.

¹Bacharel em Economia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Mestranda em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). jussara.costa@ufu.br

²Doutora em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora adjunta da área de Economia (DCSA), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

³Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutorando em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). ivoabaira@hotmail.com

Introdução

O presente trabalho consiste em analisar a importância da aposentadoria rural para a economia da Bahia, tendo em vista que ela é um mecanismo relevante de reposição e de complementação de renda das famílias beneficiárias. A Contag (2016, p.27) destaca que nos municípios onde a renda per capita dos beneficiários das aposentadorias rurais é inferior à média nacional, essas aposentadorias “[...] têm cumprido papel extremamente relevante na sustentação dos níveis de renda e de consumo das famílias rurais e estimulado o desenvolvimento socioeconômico em milhares de municípios brasileiros”.

Nesse sentido, busca-se destacar a importância para a economia da Bahia das transferências monetárias provenientes das aposentadorias rurais recebidas no período de 2010-2020. Essas transferências na Bahia se apresentam como mecanismo de reposição e complementação de renda bastante relevante.

O acesso a esse direito é fruto de mudanças advindas do século XX, principalmente do *Welfare State*. No Brasil, a mais importante transformação acontece nos anos 1980, com a instituição da Seguridade Social, atendendo ao Regime de Previdência Social, Assistência Social e saúde. Além disso, no meio rural brasileiro houve uma melhora significativa com a figura do segurado especial - trabalhador rural em regime de economia familiar - ampliando os direitos desses trabalhadores e os igualando aos profissionais urbanos (IPEA/DISOC, 2007).

Diante disto, este trabalho visa contribuir com a discussão sobre a evolução das transferências monetárias provenientes das aposentadorias rurais e sua relevância frente ao debate das condições socioeconômicas na Bahia. Logo, pretende contribuir com a discussão e apresentando as transformações ocorridas na Bahia no período, levantando a seguinte questão: Qual representatividade e relação de importância das transferências monetárias da aposentadoria rural para o cenário socioeconômico da Bahia, nos anos de 2010 a 2020?

A hipótese defendida é que as transferências monetárias da aposentadoria rural, quando avaliadas em termos de valor e quantidade, são expressivas no período de 2010 a 2020. Assim, como objetivo principal buscou-se analisar a importância das aposentadorias rurais na Bahia no período de 2010-2020, considerando como objetivos específicos: i) apresentar as características históricas e econômicas da formação do setor primário na Bahia; e ii) analisar a participação dos benefícios da aposentadoria rural na economia baiana.

Pretendendo atender aos objetivos e responder ao problema de pesquisa, o arcabouço teórico será pautado na discussão sobre a formação econômica da Bahia, ressaltando a participação do setor rural. Quanto à metodologia, realizou-se um estudo de natureza exploratória, utilizando uma análise descritiva, mediante pesquisa bibliográfica e documental por

meio de um estudo indutivo, com uso prioritário de dados disponíveis em banco de dados secundários, tais como Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SED).

Além desta Introdução, o trabalho conta com mais três seções. Na primeira delas, discute-se os principais aspectos da formação econômica da Bahia. A seção seguinte apresenta uma caracterização do território baiano, destacando o espaço rural. Na quarta seção, tratar-se-á da representatividade das aposentadorias rurais em termos da população e da economia baiana. Por fim, na conclusão são expostos os principais resultados e encaminhamentos do trabalho.

1. Os principais fatores históricos da exploração econômica na Bahia: a formação do modelo primário-exportador

A história da Bahia é marcada em sua trajetória por ciclos econômicos. Do século XVI ao século XIX permaneceu a Bahia voltada para o setor primário, com a indústria açucareira e cacauera, sendo as principais determinantes da expansão desse setor. Vale lembrar que entre um ciclo e outro – ciclo do açúcar e do cacau – houve momentos de alta e baixa na produção. Quando a atividade açucareira entra em declínio, outras atividades agrícolas de menor peso econômico, como o fumo e o algodão, mantêm a estabilidade dessa economia. A nova fase de expansão se dá com o desenvolvimento da cultura do cacau no Sul da Bahia.

Do Século XVI ao século XVIII a Bahia tornou-se importante centro econômico do Brasil (ARAÚJO, 2000; MASCARENHAS, 2009, PESSOTI, 2020). As principais atividades econômicas do país nos três primeiros séculos se localizavam no Estado, mostrando a sua importância no período para a economia nacional.

Mascarenhas (2009, p. 5) descreve que a Bahia “tornou-se não só, uma grande praça mercantil, mas também um centro redistribuidor de mercadorias, um eixo, ponto de convergência e irradiação de rotas comerciais marítimas e terrestres, e teve um dos portos mais movimentados do Atlântico Sul”. Araújo (2000, p. 12) ratifica essa descrição e conclui que “ela foi também o grande mercado deste núcleo colonial. Foi o mercado exportador e importador, foi o mercado de escravos, foi o mercado dos produtos de boca que alimentavam a cidade, as frotas e as populações do próprio recôncavo da Bahia”.

O Comércio praticado pelos Portugueses no período colonial se fez à base dos produtos agrícolas. Antes da chegada dos portugueses, os povos originários do Brasil já praticavam uma agricultura de subsistência com o uso da mandioca. A agricultura adotada no Brasil – e do mesmo modo, na Bahia – foi realizada sobre a grande propriedade latifundiária, com o trabalho escravo,

e orientada para o mercado externo. Sobre este último, o mercado internacional foi um dos principais determinantes da nossa produção agrícola, com o mercado interno sendo suprido pelas pequenas produções familiares, com predomínio de práticas rudimentares. Ainda se tratando do mercado externo, tem-se a Europa como um dos principais consumidores dos produtos coloniais. Da Bahia eram enviados, no século XVIII, produtos como açúcar, algodão, fumo, cacau e outros para as regiões de Lisboa, Porto e Viana. (ATLAS, 2002 apud ALCOFORADO, 2003).

Ainda no século XVI, desenvolveu-se na parte do recôncavo baiano, o cultivo da cana de açúcar. A produção da cana de açúcar na Bahia, em sua grande maioria, era realizada nas proximidades da Baía de Todos os Santos, na região de Cachoeira e Santo Amaro. A cana não era uma planta nativa do Brasil e somente no ano de 1532, há vestígios das primeiras mudas para a região. O interesse pelo seu cultivo se justificava porque o açúcar era um produto muito consumido na Europa, além disso, não havia nenhum outro substituto que pudesse inicialmente garantir retorno financeiro imediato à metrópole.

O desenvolvimento da atividade açucareira, segundo Furtado (2007), criou condições para o surgimento de outras atividades econômicas. Foi o caso da pecuária e do setor de subsistência, mas não se restringem a estes. A pecuária ou atividade criatória desenvolveu-se na região do sertão nordestino nas áreas do rio São Francisco e posteriormente, no Sul do Brasil. Para Furtado (2007), a grande quantidade de terra nas proximidades da lavoura açucareira explica o seu desenvolvimento.

A prática desta atividade ali nas proximidades dos engenhos logo se torna insustentável, pois a criação do gado demandava muita área para a criação de pasto, vindo a “competir” com as terras da produção açucareira, o que leva a coroa a proibir a sua criação na região litorânea. A criação do gado vai penetrar outras áreas, por isso a ocupação e o povoamento do interior⁴. Por ser uma atividade extensiva que demandava terra e mão de obra, a sua expansão dependia da quantidade de terra disponível para os animais. Como esse não era um problema, à medida que cresciam os rebanhos, se avançava ainda mais (FURTADO, 2007).

Para o trabalho com o gado, não havia a necessidade de muitos vaqueiros por cabeça, e como migravam muitas pessoas para essas áreas, os demais contingentes populacionais se dedicavam a atividade de subsistência. Com relação a isso, Furtado (2007, p. 100) relata o seguinte: “[...] a criação de gado também era em grande medida uma atividade de subsistência, sendo fonte quase única de alimentos e de uma matéria-prima (o couro) que se utilizava praticamente para tudo.”

⁴Vale ressaltar que as expedições chamadas de Bandeiras também cumpriram o papel de penetrar o interior. (FURTADO, 2007)

A atividade de subsistência consistia na produção de alimentos e artigos domésticos em pequenas propriedades agrícolas. Na fase de crescimento da indústria açucareira, as populações que se dedicavam à agricultura familiar se constituíam em volta dos latifúndios, suprindo a lacuna deixada pelo mercado colonial agroexportador. Quando a economia da atividade açucareira passa por um atrofamento, a população livre, que se dedicava a esse comércio, busca outras formas de se manter e, atraídas pelo mercado da atividade criatória, migram para as regiões interioranas.

Em resumo, a agricultura de subsistência no período colonial se desenvolve em dois momentos, no primeiro momento na fase ascendente da atividade açucareira, em que ela era praticada próxima a *plantation* em pequenas áreas, por uma pequena porção de trabalhadores livres. No segundo momento, com a decadência da atividade principal, segue os passos da pecuária e propaga-se para o sertão baiano. Nesse segundo momento, se fixa também em pequenas propriedades e se verifica um acentuado crescimento demográfico, sendo responsável pelo abastecimento local.

Mediante as informações apresentadas, depreende-se que a atividade de subsistência no período colonial era uma atividade econômica importante, fornecendo trabalho à população rural e provendo alimentos ao meio rural e urbano. Um traço característico da atividade primária, e que se mantém até os dias atuais, é a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários (100 hectares acima), enquanto a maioria dos estabelecimentos rurais se concentra em pequenas áreas, convivendo com problemas estruturais, como a escassez de água.

Além da pecuária, de acordo com Simões Filho (2011, p. 5), foi decisivo o papel da farinha de mandioca na viabilização do projeto de colonização da América portuguesa. “A raiz farinácea que o europeu conheceu durante os primeiros contatos com os habitantes indígenas do litoral brasileiro se mostrou ideal para suprir as necessidades alimentares decorrentes da exploração colonial”. Assim como a atividade criatória, a farinha de mandioca era destinada sobretudo, à atividade de subsistência, não constituindo, portanto, um mercado expressivo de acumulação.

Até meados do século XX, a Bahia se manteve predominantemente agrícola. Segundo Abreu (2014), entre 1821 e 1822 o açúcar, algodão, fumo e café representavam 2/3 das exportações brasileira. No biênio 1849-50 e 1850-51, se verifica a quase predominância deste setor, correspondendo à 81,7% das exportações brasileiras. Em 1888-89, apesar da redução para 72% das exportações, ainda é um valor bastante significativo. No final do século XX, o cacau ascende como a principal atividade econômica e de maior peso comercial, avançando sua

produção principalmente no Sul⁵ do Estado (ALMEIDA, 2015). A indústria de forma modesta, tinha uma participação de 10% do PIB brasileiro na década de 1880, alcançando 15% em 1889.

Do final do século XIX ao início do século XX, a economia baiana entra numa fase de inflexão com as principais culturas entrando em decadência. O cacau, que até então era o principal produto de exportação baiano, sente os efeitos da política de valorização do café do governo federal, e, como resultado, há um esvaziamento de suas divisas para a industrialização do Centro-Sul. Aguiar (1977) caracteriza essa situação como Enigma Baiano, visto que a Bahia mantinha posição de destaque entre as demais regiões, acompanhada por ciclos econômicos importantes como o açúcar e o cacau e a própria industrialização, mesmo que de forma tímida, dava sinais de crescimento, porém este crescimento é interrompido e a Bahia não consegue sustentar essa posição por muito tempo, entrando em crise no século seguinte. O Enigma era esse mistério por trás da decadência econômica da Bahia no século XX.

Como alternativa para solucionar o enigma baiano, ganha força o discurso de modernização produtiva pela via da industrialização. A partir de 1950, a matriz produtiva baiana é diversificada e, para isso, foi fundamental a instalação dos mais diversos complexos industriais, a Refinaria de Petróleo em 1950, o Centro Industrial de Aratu em 1966, o Complexo Petroquímico de Camaçari em 1972, estes sob influência da Região Metropolitana de Salvador. A fim de desenvolver o interior foram implantados alguns Distritos Industriais a partir da década de 1970 (SPÍNOLA, 2010).

Mesmo assim, o setor primário manteve-se até meados da década de 1970 com a segunda maior participação entres os setores – perdendo apenas para o setor de serviços –, sendo ultrapassado pelo setor industrial na década de 1980. Com a produção do cacau em crise a partir desta data, e na inexistência de uma atividade agrícola que pudesse substituí-la, o setor primário vai perdendo peso na economia baiana (PESSOTI, 2006).

Na década de 1990, diante da crise fiscal e financeira, a economia baiana passa por uma fase de inflexão mediante a perda de investimento para os principais setores da economia, com peso maior sobre a indústria química que possuía a maior participação dentro do setor industrial, com reflexos negativos para o PIB baiano. A mesma perda se verifica na agricultura, com reduzida participação das lavouras de cacau, fumo, algodão etc. nas exportações baianas (PESSOTI, 2006). A partir de 2000, a participação do setor industrial se mantém constante, com a inserção de novos segmentos na área automobilística, de papel, celulose, madeira, turismo etc. Na agricultura houve o incremento de novas culturas, com predominância nas regiões do interior.

⁵Avançando em Ilhéus e Itabuna, a planta cacauzeira não era nativa do Brasil, mas se adaptou bem as condições climáticas da região Sul da Bahia. A bebida produzida pelo cacau - chocolate - era bem apreciada na Europa e nos Estados Unidos. Ao final do século XX se torna a principal atividade econômica do Estado, alcançando no ano de 1893 um volume exportado superior a 100 000 sacos e em 1911 tem o seu volume quintuplicado (ALMEIDA, 2015).

São os casos de grãos (feijão, café, milho, soja) na região Oeste do estado e frutas (manga, banana etc.) na região de Juazeiro.

Do exposto, é possível perceber que os principais setores responsáveis pelo crescimento da economia baiana até o início do século XX entram em depressão, e somente a partir da década de 1950 essa economia volta a ter um novo fôlego com os segmentos químicos e petroquímicos da indústria de transformação baiana. Mas apesar da perda de participação relativa na dinâmica do Estado, as atividades agrícolas, principalmente os estabelecimentos agropecuários familiares, são um dos que mais empregam e garantem o abastecimento interno da Bahia, pois a agricultura dos grandes estabelecimentos tem sua dinâmica induzida exogenamente, uma prática herdada desde o período colonial e que se mantém.

2. Características do Território Baiano: a predominância do rural

O território baiano é dividido em 417 municípios, e possui uma área de 564.760,429 km² e um total de 14.136.417 habitantes em 2022 (IBGE, 2023). O território baiano mantém como característica uma população bastante dispersa e concentrada nas regiões mais ao litoral, essa relação pode ser feita também para o PIB do estado, pois as regiões mais desenvolvidas do estado são aquelas que apresentam as maiores populações.

Por outro lado, como assinalado por Campos e Lacerda (SEI, IBGE, 2013 *apud* CAMPOS; LACERDA, 2015), 60% do território baiano era formado em 2011 por municípios com até 20 000 habitantes, com a sua dinâmica econômica dependente do setor primário, da Administração pública e das rendas provenientes das transferências sociais de renda, como o Bolsa Família e a Previdência Social. Do montante da produção gerado pelo estado em 2011 (R\$ 166.6 bilhões), estes municípios contribuíam com apenas 11% do PIB para o estado, enquanto que a Região Metropolitana de Salvador (RMS) sozinha participava com 44% do PIB baiano.

Além das características apresentadas acima, a Bahia é um dos estados brasileiros com a maior população rural, apesar da tendência à redução que se observa a partir dos anos 2000, movimento observado também para o Brasil. Até o início do século XX, a população baiana era predominantemente rural. A industrialização do Brasil na década de 1930 contribuiu para que parte da população rural se tornasse urbanizada, como relata Pereira (2011, p. 1): “com o início da formação de uma economia nacional focalizada no eixo Rio – São Paulo se inicia um processo de êxodo rural, principalmente do Nordeste para o Sudeste”.

Esse movimento migratório persiste na década de 1950, só que agora dentro do próprio estado da Bahia, com as populações sendo atraídas para os polos industriais da RMS. Contudo,

apesar da relativa redução da população rural, a Bahia ainda era, na primeira década dos anos 2000, o estado brasileiro que possuía a maior população rural. Em 2000, a população rural representava 32,88% do total do estado, houve uma redução em 2010, apresentando aproximadamente 28% da população total (ATLAS BRASIL, 2023).

Segundo Pessoti e Pessoti (2019), 79,0% do território baiano se situa na área de abrangência do semiárido, e neste espaço residiam 73,6% das populações rurais, em 2010. Porém, o clima semiárido tem como característica a baixa pluviosidade de chuvas, o que prejudica as lavouras do território baiano e quem delas dependem, por exemplo, os agricultores familiares.

No Brasil a agricultura familiar representava em área, 77% do total dos estabelecimentos agrícolas em 2017. No caso da Bahia, de acordo o censo agropecuário de 2017 (apud JESUS et al. 2023, p. 238)

[...] são 589.4364 estabelecimentos da agricultura familiar com área (15% do Brasil e 32,8% do Nordeste), representando 78% do total de estabelecimentos do estado e ocupam pouco mais de 9 milhões de hectares, 32% da área total, e área média de 15 hectares, bem inferior à média nacional. Esses dados reforçam o padrão de pequenos estabelecimentos rurais para a agricultura familiar baiana.

Ainda de acordo com o levantamento feito pelo Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE, a agricultura familiar empregava no ano, com ocupação na agropecuária, mais de 10 milhões de pessoas, “[...] o que representa 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária. A agricultura familiar também foi responsável por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários” (IBGE, 2017). Ainda segundo as informações censitárias, na quantidade de estabelecimentos agropecuários na Bahia, 47% do total é de propriedade de idosos com mais de 55 anos e, destes, 80,8% são de imóveis considerados de agricultura familiar. Por agrupamentos de atividades, entre 2008 e 2015, o setor agrícola era o que mais empregava, 33,7% em 2008 e 24,3% em 2015. Em contrapartida, possuía um rendimento médio real baixo, de R\$ 339,09 em 2015 e R\$ 406,31 em 2018 (IBGE, 2023).

Como mencionado acima, na Bahia há predominância de municípios de pequeno porte e uma característica destes municípios é a participação expressiva de atividades agrícolas na dinâmica econômica, sobretudo da agricultura familiar. Esta, pela baixa capacidade de produção se comparada à agricultura mais intensiva em máquinas e equipamentos industriais, acaba não gerando rendas monetárias significativas. Como consequência, a população baiana é relativamente pobre, o que faz com que esses municípios além das rendas agrícolas, dependam também de outras rendas para se manterem, como as transferências de renda do governo federal. A esse respeito, Clementino (1997, p. 1642 apud CAMPOS; LACERDA, 2015, p. 375) afirma que:

No plano econômico, observa-se um empobrecimento paulatino dos pequenos municípios [nordestinos] a despeito da industrialização, atraso tecnológico e cada vez mais dependência do governo federal. Os pequenos municípios, em sua grande maioria, não possuem base econômica agrícola ou industrial que lhe favoreça na geração de emprego e renda, ou que lhe propicie uma base tributável própria para reduzir sua dependência da União. Em muitos deles a circulação monetária é propiciada pelos gastos públicos através da conta dos aposentados e pensionistas [...] ou das transferências de receitas governamentais constitucionais, basicamente do FPM. São essas receitas que alimentam o pequeno comércio de portas abertas ou a feira livre, e propiciam o atendimento das carências sociais da população.

Complementando o autor acima, para Pereira (2011), as transferências de renda entre 2004 e 2009 contribuíram para a redução da pobreza na Bahia. O Programa Bolsa Família (PBF) atendeu, entre 2004 e 2009, 5,5 milhões de pessoas. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) passou a atender, em 2009, 315,7 mil pessoas. Nesse mesmo ano, a Previdência Social concedeu benefícios no valor de 12,3 bilhões.

Como parte dos beneficiários da Previdência Social se aposenta por idade, se verifica que a proporção de pessoas em idade inativa tem aumentado nos últimos anos. Com a melhora das condições de vida - acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), infraestrutura mais adequada - houve uma maior expectativa de vida ao nascer: em 2000 a expectativa era de 71,2 anos, uma década posterior a expectativa de vida subiu para 74,36 anos, o que mostra que a população baiana tem envelhecido nos últimos anos (IBGE, 2023a). Em 1991 as pessoas com mais de 60 anos representavam 6,9% da população, em 2010 esse mesmo grupo representava 10,3%, um aumento percentual de 49,27% (PESSOTI; PESSOTI, 2019). Como a aposentadoria por idade representa uma parcela significativa dos tipos de benefícios na Bahia, um aumento da longevidade aumenta a quantidade de benefícios concedidos a essa população.

Pela síntese das características do território baiano apresentadas, percebe-se que a Bahia ainda convive com muitos problemas estruturais como seca, pobreza, concentração de renda, desequilíbrios regionais etc. Em se tratando deste último, como pontuam os dados de Pessoti, Pessoti e Silva (2015), há na Bahia regiões muito desenvolvidas, que concentram parte da riqueza do território, com o seu dinamismo impulsionado pela indústria e setor de serviços, enquanto nas regiões dos municípios de pequeno porte, observa-se que as políticas de transferências de renda têm papel relevante na economia do município.

3. Os números da previdência social na Bahia: benefícios e beneficiários entre 2010 e 2020

A quantidade dos benefícios emitidos da Previdência Social tem aumentado no decorrer dos anos. Para Pessoti (2020, p. 99), “desde a promulgação das Constituição Federal de 1988 e,

posteriormente, das leis complementares que regulamentaram a previdência e a assistência social no Brasil, o público atendido pelos benefícios monetários dessas áreas da Seguridade Social cresceu consideravelmente”.

Entre 2010 e 2020 houve um aumento no número total de benefícios da Previdência Social emitidos no Brasil, com um avanço de 28% (Tabela1). Em valores absolutos, isso representou um aumento total de 8 milhões no número de benefícios emitidos. Deste total, a maior parte do aumento foi oriundo do pagamento de benefícios previdenciários, os quais cresceram em 6,8 milhões. Por outro lado, cerca de 1,2 milhões de benefícios assistenciais foram emitidos ao longo do período. Para a Bahia, como é possível extrair da Tabela 1, o crescimento total de benefícios foi de aproximadamente 567 mil, uma variação de 28% em relação a 2010. Quando comparado com o Brasil, verifica-se que a Bahia contribuiu, no agregado nacional, com cerca de 7,1% dos benefícios emitidos no período.

TABELA 1 – Crescimento dos benefícios do Regime Geral da Previdência – 2010 a 2020 (mil)
Benefícios do Regime Geral de Previdência Social

Ano	Aposentadorias					Outros Benefícios	Total de Benefícios Previdenciários ³	Benefícios de Assistência e de Legislação Específica	Total ¹
	Total ²	Por Idade	Por Invalidez	Por Tempo De Contribuição					
BRASIL	2010	15.772	52%	20%	28%	0,3%	24.426	13%	28.141
	2020	21.265	53%	16%	31%	0,2%	31.239	13%	36.126
BAHIA	2010	1.141	72%	15%	13%	0,3%	1.656	17%	2.001
	2020	1.496	72%	13%	15%	0,1%	2.101	18%	2.568

Fonte: Brasil (2023a); Elaboração própria.

Notas: (1). Compreende os totais de benefícios previdenciários e os benefícios da assistência e de legislação específica -inclui o BPC- (Brasil, 2023a).

(2). É a soma das aposentadorias por idade, invalidez e aposentadoria por tempo de contribuição (Brasil, 2023a).

(3) Inclui além das aposentadorias, os auxílios, as pensões por morte e outros beneficiários (salário família, salário maternidade e outros) (Brasil, 2023a).

Conforme se verifica, com base na Tabela 1, no total dos benefícios previdenciários emitidos na Bahia em 2020, o total das aposentadorias correspondia à 21.265, um percentual de 68%. Contribuíram para esse percentual, as aposentadorias por idade, que participavam com um percentual de 53% no total das aposentadorias. Na sequência, ocupando a segunda maior participação, a aposentadoria por tempo de contribuição era responsável por 31% dos benefícios previdenciários. Já a aposentadoria por invalidez passou a representar 16% em 2020, revelando uma contração em sua evolução, uma vez que em 2010, esse mesmo benefício tinha uma participação de 20% no total das aposentadorias.

Na Bahia, entre 2010 e 2020, verificou-se uma uniformização do comportamento das aposentadorias por idade, com aproximadamente 70% do total de aposentadorias concedidas sendo por idade, restando, portanto, pouco menos de 30% para as outras espécies de aposentadorias. Se decomposmos esse valor entre o urbano e o rural, mais da metade das aposentadorias por idade são destinadas à clientela rural, pois é o principal meio de acesso à previdência social na área rural. Para as aposentadorias urbanas, se verifica que as aposentadorias por tempo de contribuição têm uma maior participação nas emissões dos benefícios.

Entre 2010 e 2020, verificou-se um aumento do quantitativo de benefícios em todas as espécies do RGPS, porém a variação entre os anos não se deu da mesma forma. A taxa de crescimento anual de benefícios, conforme a Tabela 2, mostra que o crescimento anual dos benefícios ligados as aposentadorias por idade, invalidez e tempo de contribuição, são em geral superiores ao crescimento anual dos outros benefícios, como o BPC, e apresentaram na série histórica um movimento decrescente.

Tabela 2 - Total dos benefícios do Regime Geral da Previdência – Brasil, 2010 a 2020

Benefícios do Regime Geral de Previdência Social						
Ano	Total de Aposentadorias	Variação do crescimento anual	Total de benefícios previdenciários	Variação do crescimento anual	Total¹	Variação do crescimento anual
2010	15.772.602		24.426.881		28.141.262	
2011	16.313.061	3,40%	25.176.322	3,10%	29.051.422	3,20%
2012	16.907.526	3,60%	26.032.855	3,40%	30.057.265	3,50%
2013	17.540.891	3,70%	27.009.011	3,70%	31.199.043	3,80%
2014	18.136.580	3,40%	27.818.973	3,00%	32.152.518	3,10%
2015	18.605.259	2,60%	28.276.347	1,60%	32.701.562	1,70%
2016	19.268.399	3,60%	29.183.383	3,20%	33.755.917	3,20%
2017	20.018.851	3,90%	29.804.964	2,10%	34.497.835	2,20%
2018	20.641.054	3,10%	30.278.655	1,60%	35.058.564	1,60%
2019	21.265.616	3,00%	30.865.783	1,90%	35.636.157	1,60%
2020	21.617.477	1,60%	31.239.908	1,20%	36.126.514	1,30%
Variação média do crescimento anual			Variação média do crescimento anual		Variação média do crescimento anual	
3,20%			2,40%		2,50%	

Fonte: Brasil (2023a); Elaboração própria.

Nota: (1) incluído os benefícios assistenciais de legislação específica com o Benefício de Prestação Continuada – BPC.

No Brasil, a taxa anual de crescimento dos benefícios previdenciários apresentou uma tendência decrescente, com a maior variação entre 2012 e 2013, quando cresceu 3,8%, e o pior resultado no período 2019-2020, 1,3%.

A Bahia apresentou, como mostra a Tabela 3, o mesmo comportamento da média nacional, com o pior comportamento entre os anos 2018-2019 e 2019-2020. A economia brasileira ainda estava passando pelos efeitos da crise econômica iniciada em 2014 e vinha se recuperando, porém ainda com taxas bem tímidas de crescimento. Como parte das receitas do RGPS vem das contribuições – principalmente dos trabalhadores – quanto menos pessoas contribuem no presente, no futuro, considerando aquelas pessoas que se aposentariam por tempo de contribuição, tenderão a acessar mais tarde esse benefício.

Tabela 3 – Total dos benefícios do Regime Geral da Previdência – Bahia, 2010 a 2020

Benefícios do Regime Geral de Previdência Social							
Ano	Total de Aposentadorias	Variação do crescimento anual	Total de benefícios previdenciários	Variação do crescimento anual	Total	Variação do crescimento anual	
2010	1.141.468		1.656.657		2.001.684		
2011	1.177.589	3,20%	1.703.858	2,80%	2.066.415	3,20%	
2012	1.216.302	3,30%	1.762.724	3,50%	2.142.054	3,70%	
2013	1.246.696	2,50%	1.813.680	2,90%	2.209.339	3,10%	
2014	1.286.279	3,20%	1.871.685	3,20%	2.282.454	3,30%	
2015	1.311.688	2,00%	1.895.998	1,30%	2.314.030	1,40%	
2016	1.353.531	3,20%	1.964.256	3,60%	2.398.577	3,70%	
2017	1.400.542	3,50%	2.017.293	2,70%	2.465.133	2,80%	
2018	1.440.931	2,90%	2.047.935	1,50%	2.505.723	1,60%	
2019	1.474.339	2,30%	2.073.251	1,20%	2.533.030	1,10%	
2020	1.496.779	1,50%	2.101.474	1,40%	2.568.878	1,40%	
Variação média do crescimento anual		2,70%	Variação média do crescimento anual		2,40%	Variação média do crescimento anual	2,50%

Fonte: Brasil (2023a); Elaboração própria.

Nota: (1) incluído os benefícios assistenciais de legislação específica com o Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Nota: (1) incluído os benefícios assistenciais de legislação específica com o Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Na análise dos benefícios baianos, a reforma no sistema previdenciário contribui também para o atraso no acesso da população beneficiária. Isso ocorre em razão da elevação da idade mínima do trabalhador para a obtenção de benefícios, na justificativa de que a população está envelhecendo mais e tem uma expectativa de vida maior⁶. Percebe-se essa relação, outrossim, tanto para a Bahia, quanto para o Brasil.

⁶Como o regime do RGPS é de repartição simples, os que trabalham contribuem e pagam as aposentadorias dos mais velhos, e essa relação, na perspectiva dos que defendem as reformas, tem se reduzido, com uma proporção (Idosos/jovens) cada vez maior, ou seja, cada vez mais indivíduos velhos e menos jovens (BRASIL, 2022).

Ao fazer uma observação por tipo de clientela no Brasil, nota-se que a maior parte dos benefícios emitidos se destinavam a clientela urbana, a qual manteve uma participação que variou entre 70 e 73% durante o período de 2010 a 2020, como mostra a Tabela 4. Por outro lado, constatou-se que menos de 30% da participação em benefícios se destinavam à clientela rural.

Tabela 4 - Quantidade de Benefícios Previdenciário Emitidos – Brasil, 2010 a 2020 (mil)

Ano	Total Brasil	Urbana		Rural	
		%	Total Urbana	%	Total Rural
2010	28.141	70,2%	19.764	29,8%	8.378
2011	29.051	70,5%	20.474	29,5%	8.578
2012	30.057	70,7%	21.252	29,3%	8.805
2013	31.199	71,0%	22.151	29,0%	9.048
2014	32.153	71,2%	22.900	28,8%	9.252
2015	32.702	71,4%	23.355	28,6%	9.346
2016	33.756	71,9%	24.270	28,1%	9.486
2017	34.498	72,2%	24.918	27,8%	9.580
2018	35.059	72,6%	25.460	27,4%	9.598
2019	35.636	73,0%	26.030	27,0%	9.606
2020	36.014	73,2%	26.362	26,8%	9.652

Fonte: Brasil (2023a); Elaboração própria.

No caso da Bahia, percebe-se que entre 2010 e 2011 as quantidades de benefícios previdenciários emitidos para a clientela rural superaram a urbana, e que, na sequência, essa participação se reduziu, com a clientela urbana ultrapassando a clientela rural. No entanto, apesar da inversão, as participações mantiveram-se equilibradas nos anos subsequentes, a despeito da leve tendência de perda da participação rural, como mostra a Tabela 5.

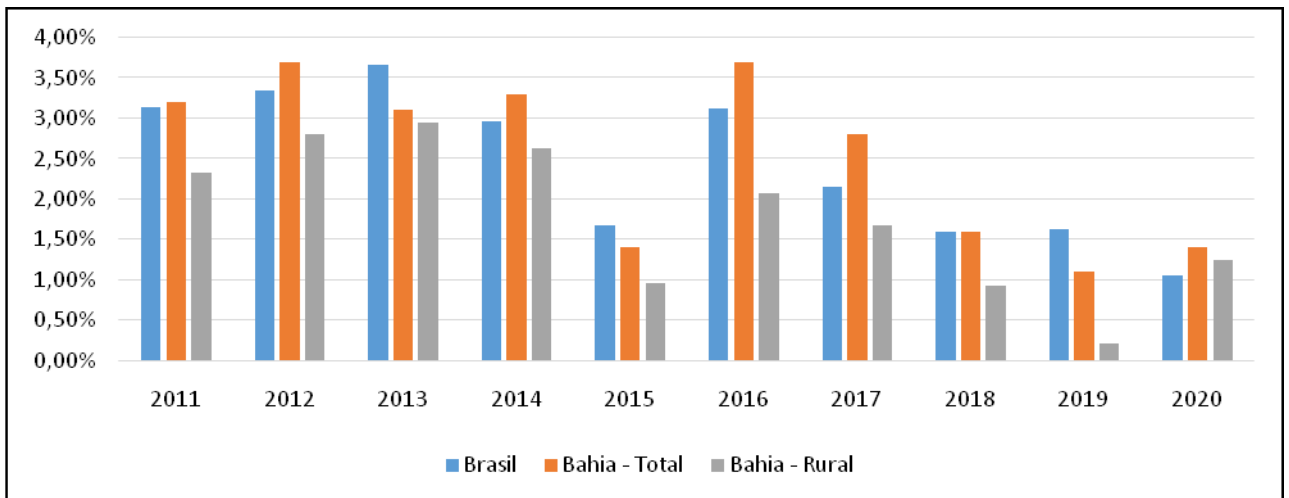
Tabela 5 - Quantidade de Benefícios Previdenciário Emitidos – Bahia, 2010 a 2020 (mil)

Ano	Total Brasil	Total Bahia	Urbana		Rural	
			%	Total Urbana	%	Total Rural
2010	28.141	2.001	49,5%	990	50,5%	1.011
2011	29.051	2.066	49,9%	1.031	50,1%	1.035
2012	30.057	2.143	50,3%	1.078	49,7%	1.065
2013	31.199	2.211	50,4%	1.113	49,6%	1.097
2014	32.153	2.284	50,6%	1.157	49,4%	1.127
2015	32.702	2.315	50,8%	1.177	49,2%	1.138
2016	33.756	2.400	51,6%	1.238	48,4%	1.162
2017	34.498	2.466	52,1%	1.284	47,9%	1.182
2018	35.059	2.506	52,4%	1.314	47,6%	1.193
2019	35.636	2.534	52,8%	1.339	47,2%	1.195
2020	36.014	2.563	52,8%	1.353	47,2%	1.210

Fonte: Brasil (2023a); Elaboração própria.

A Tabela 5 descreve o crescimento da participação urbana nos benefícios destinados à população baiana. Os benefícios rurais entre 2010 e 2011 cresceram acima dos benefícios urbanos. No Gráfico 1 é possível verificar a evolução deste crescimento, tanto considerando as quantidades totais dos benefícios previdenciários emitidos entre 2010 e 2020 para o Brasil e para a Bahia, como em comparação com o crescimento dos benefícios rurais na Bahia. O que se verifica é um crescimento constante, no qual a Bahia acompanha o movimento do crescimento nacional, movimento também acompanhado pelo crescimento rural.

Gráfico 1 – Crescimento anual de benefícios emitidos – 2010 a 2020 (%)



Fonte: Brasil (2023a); Elaboração própria.

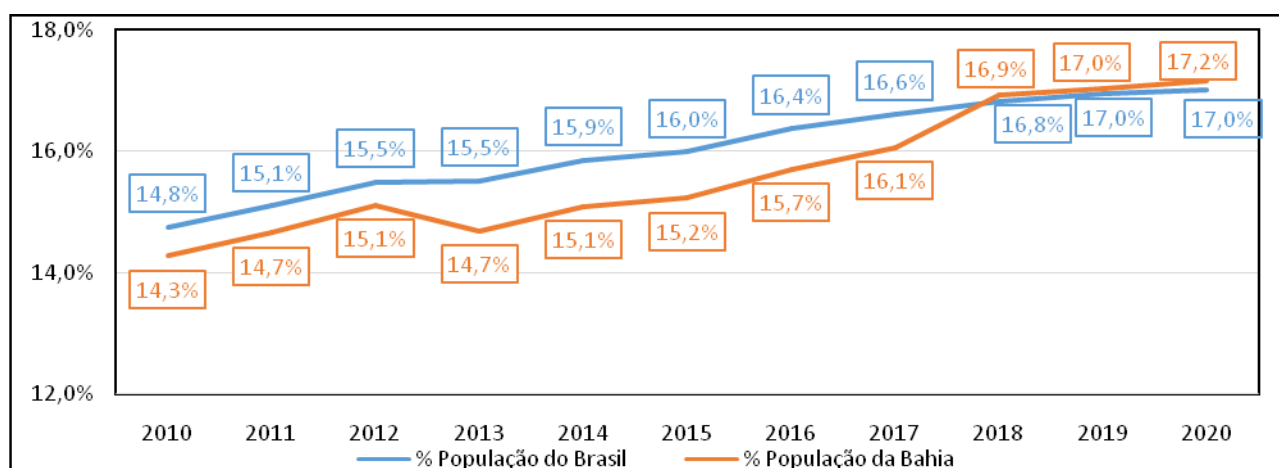
Outro ponto que apresenta o Gráfico 1 é a tendência de retração da taxa de crescimento para o país, a partir de 2013. Em 2015 a taxa de crescimento para a Bahia também caiu, enquanto a taxa de crescimento para a clientela rural já vinha em decréscimo desde quando atingiu o pico da série abordada, em 2013. Em 2016 há uma recuperação da taxa de crescimento nas três situações avaliadas, mas chama a atenção a recuperação baiana, que manifestou uma taxa superior à brasileira, fenômeno que se repete em 2017.

Todavia, em que pese a retomada no ritmo de crescimento da taxa em 2016, para a clientela rural, nos anos subsequentes as taxas foram reiteradamente menores que a do ano anterior até 2019, quando atingiu um mínimo, voltando, em 2020, a crescer mais que o ano anterior. Em 2019, a quantidade de benefícios emitidos pode estar relacionada com a reforma da previdência, que implicou medidas e alterações de prazo para acesso a aposentadorias. Outro fator importante é a dificuldade em acessar o benefício. Nos últimos anos, o tempo de demora entre a entrada e a concessão do benefício está bastante longo.

A partir da retomada de ritmo em 2017, as taxas de crescimento passaram a apresentar resultados mais tímidos nos anos que se seguiram. Quando se observa esses dados em comparação ao total da população, percebe-se que, assim como aumentou a quantidade de benefícios, aumentou também o número de pessoas dependentes das rendas provenientes dos benefícios. Após 2015 verifica-se um aumento gradual do número de pessoas dependentes (BRASIL, 2023a).

A incidência de participação da população em benefícios de aposentadoria - o percentual da população atendida com o recebimento de algum destes benefícios - no caso brasileiro, se manteve crescente entre 2010 e 2019, oscilando entre 14% e 17%. Na Bahia verifica-se a mesma tendência nacional. No Gráfico 2 é possível observar como se comportou o percentual da população incidente no total de benefícios para o Brasil e para a Bahia.

Gráfico 2– Percentual da População com Benefício Previdenciário – 2010 a 2020 (%)



Fonte: IBGE, 2023; Brasil (2023a); elaboração própria.

De 2010 a 2016 o percentual da população que dependia diretamente dos benefícios da previdência social na Bahia permaneceu menor que a do Brasil. No início da série, a população baiana que dependia dos benefícios previdenciários era de 14,3%. Conforme os dados já apresentados, a partir de 2015 há um incremento considerável de pessoas com algum tipo de benefício previdenciário, atingindo os maiores picos entre 2018 e 2020, quando o mercado de trabalho brasileiro enfrentava uma “crise” e as pessoas passaram a demandar outras vias para garantir renda, entre elas, as transferências sociais, o que fez crescer o número de acesso dos benefícios previdenciários. Em 2016, na Bahia, esse percentual praticamente se iguala ao do Brasil, ponto em que, no gráfico 2, há a intersecção das linhas. A partir de 2018, a população do

território baiano dependente dos benefícios previdenciários ultrapassa levemente a população do Brasil (BRASIL, 2023a).

Com relação ao valor dos benefícios pagos pelo RGPS, houve um aumento de aproximadamente 70% no valor dos benefícios pagos no Brasil entre 2010 e 2013. Em 2010, como se observa na Tabela 6, o montante pago dos benefícios foi de 245,7 bilhões para o Brasil. Na Bahia, esse valor correspondia à 14,6 bilhões, um percentual de 5,95% em relação ao total do Brasil. As mesmas informações também podem ser observadas para os valores emitidos por clientela, ou seja, entre as populações que recebem os benefícios urbanos e rurais.

Tabela 6 – Pagamentos de Benefícios Previdenciário – Brasil, 2010 a 2020 (R\$ milhões)

Ano	Total Brasil	Urbana		Rural	
		%	Total (R\$)	%	Total (R\$)
2010	245.736	79,6%	195.589	20,4%	50.147
2011	271.779	80,0%	217.423	20,0%	54.356
2012	308.394	79,5%	245.135	20,5%	63.259
2013	345.115	79,5%	274.446	20,5%	70.669
2014	380.493	79,6%	303.034	20,4%	77.459
2015	421.886	79,6%	335.736	20,4%	86.150
2016	485.265	79,9%	387.527	20,1%	97.738
2017	531.143	80,2%	426.052	19,8%	105.091
2018	553.951	80,6%	446.603	19,4%	107.347
2019	587.285	80,8%	474.698	19,2%	112.587
2020	627.204	81,0%	508.347	19,0%	118.857

Fonte: Brasil (2023a); Elaboração própria.

Como consta na Tabela 6, o percentual de participação dos benefícios emitidos por clientela se mantém constante entre 2010 e 2013, com participação de 79,6% em 2010 e 79,5% em 2013 para a clientela urbana no Brasil. Para a clientela rural, a participação se mantém em 2010 a 2013 em aproximadamente 20% do total dos valores pagos dos benefícios do Brasil.

Na Bahia o volume dos pagamentos dos benefícios entre as clientelas é mais equilibrado. Em 2010, 59,1% correspondia a participação do valor da clientela urbana no total, cabendo, portanto, à clientela rural 40,9%. Apesar do aumento em valores absolutos em 2013, a participação da clientela rural e urbana no total pouco se altera. Entre 2010 e 2020, o volume de pagamentos direcionados à população total no Brasil, em termos absolutos, mais do que dobrou. A Bahia seguiu a mesma tendência, como pode ser visto na Tabela 7 a seguir.

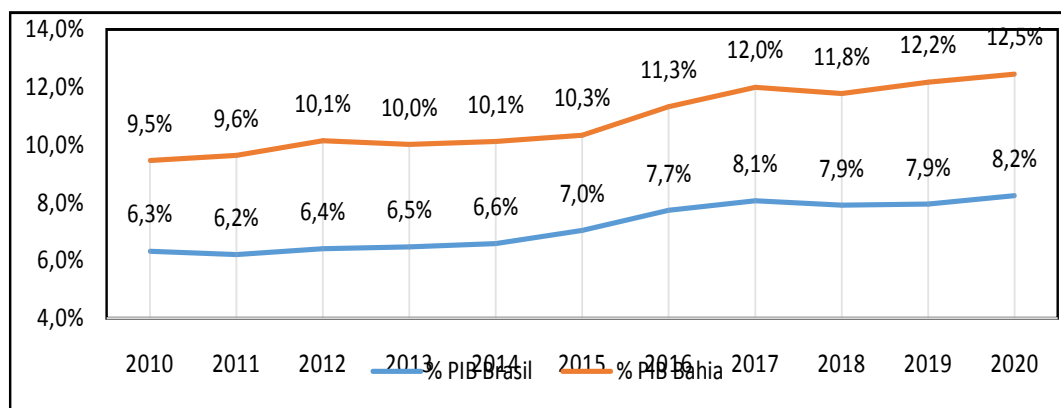
Tabela 7 - Pagamentos de Benefícios Previdenciário – Bahia, 2010 a 2020 (R\$ milhões)

Ano	Total Brasil	Total Bahia	Urbana		Rural	
			%	Total (R\$)	%	Total (R\$)
2010	245.736	14.614	59,1%	8.632	40,9%	5.982
2011	271.779	16.061	59,7%	9.596	40,3%	6.465
2012	308.394	18.517	59,3%	10.978	40,7%	7.539
2013	345.115	20.522	58,8%	12.068	41,2%	8.454
2014	380.493	22.657	58,9%	13.335	41,1%	9.321
2015	421.886	25.334	58,8%	14.891	41,2%	10.443
2016	485.265	29.293	59,3%	17.362	40,7%	11.931
2017	531.143	32.247	59,9%	19.318	40,1%	12.928
2018	553.951	33.707	60,5%	20.382	39,5%	13.325
2019	587.285	35.696	60,6%	21.637	39,4%	14.059
2020	627.204	38.032	60,8%	23.131	39,2%	14.900

Fonte: Brasil (2023a); Elaboração própria.

No caso brasileiro, os valores emitidos no meio urbano superaram ao longo do período em aproximadamente quatro vezes mais o valor destinado aos benefícios rurais. Na Bahia, no entanto, os valores se aproximam. A participação da clientela urbana na Bahia no volume dos benefícios pagos entre 2018 e 2020 aumenta, enquanto o volume pago à população rural vai se reduzindo (BRASIL, 2023a). Nos anos que se seguiram, houve uma persistente tendência de concentração dos benefícios associados a clientela urbana. Enquanto o distanciamento da clientela rural e urbana em 2010 era de cerca de 8%, em 2019 chegou a superar os 20%, quando o total de benefícios emitidos no meio urbano chegou a 61% e o rural reduziu para 39%.

Quando se trata do valor pago aos beneficiários da Previdência Social, deve se observar que a partir da CF de 1988 esses valores foram equiparados ao salário mínimo, de modo que os aumentos reais do salário mínimo impactam no volume pago aos beneficiários. Com base no Gráfico 3, houve um aumento no volume pago dos benefícios entre 2010 e 2020.

Gráfico 3–Volume de pagamento de Benefícios Previdenciários em relação ao PIB –2010 a 2020 (%)

Fonte: IBGE(2023); SEI (2023); Brasil (2023a); Elaboração própria.

Entre 2010 e 2020, houve um aumento na participação relativa das transferências da Previdência Social quando mensuradas a partir do PIB nacional e estadual. Na Bahia até 2014, percebe-se uma tendência linear, ou seja, entre 6% e 6,6%. Entre 2015 e 2017, há um incremento maior neste percentual, atingindo o maior pico em 2020, período da pandemia da COVID-19, onde mais pessoas passaram a acessar os benefícios. Percebe-se ainda, conforme o Gráfico 3, que o território baiano, se comparado ao Brasil, tem uma maior participação dos valores pagos pelos benefícios da previdência social no PIB do estado. Entre os anos observados, verifica-se um crescimento na razão relativa dos benefícios previdenciários/PIB da Bahia, com a maior participação em 2020, com um percentual de 12,5%.

Considerações Finais

A população rural nem sempre teve seus direitos garantidos. A conquista dos direitos sociais dessa população se deu de forma tardia e à custa de muito debate e lutas, com a implementação de uma política social mais inclusiva a partir da Constituição Federal de 1988, regulamentando a profissão dos trabalhadores rurais e expansão do acesso para novos grupos.

As aposentadorias rurais representam à população rural uma política social relevante, pois contribuem para aumentar as rendas das populações beneficiárias e, em muitos casos, funcionam como espécie de seguro agrícola, a principal fonte de renda permanente a essas populações. Neste sentido, verificou-se que entre 2010 e 2020 houve uma evolução crescente nas quantidades e no volume de benefícios previdenciários emitidos para o Brasil e para a Bahia. Percebe-se que a Bahia segue uma tendência nacional de crescimento quando se trata dos dados totais de emissão de benefícios. É possível observar que houve um aumento relevante do volume pago pela Previdência Social à população rural entre os anos analisados, e quando comparado com a participação relativa nos termos do PIB da Bahia, esse crescimento se constitui mediante taxas crescentes.

Deste modo, as transferências monetárias da aposentadoria rural recebidas pela população baiana foram expressivas, tanto em termos de quantidade, quanto em termos de valor. Além de ser uma importante política social, tais transferências se configuram como elemento relevante para a dinâmica econômica do estado da Bahia.

Referências

ALCOFORADO, Fernando. **Os condicionantes do desenvolvimento do estado da Bahia.** Tese (Doutorado em Ordenamento do Território e desenvolvimento Regional). Universidade de Barcelona, Barcelona, 2003.

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.) **A ordem do progresso**. Dois séculos de política econômica no Brasil. São Paulo: Campus, 2014.

AGUIAR, P. Notas sobre o enigma baiano. **Planejamento**, Salvador, n. 4, v. 5, p. 123-136, 1977.

ALMEIDA, Rômulo. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. In: *A Economia Baiana em Análise Retrospectiva e Perspectiva*. Salvador: CORECON-BA, 2015.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A Baía de todos os santos: Um sistema geo-histórico. *Bahia Análise e Dados*. Salvador – BA: **Sei**, v. 9, n. 4, p. 10-24, 2000.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <[http://www. http://www.atlasbrasil.org.br/](http://www.atlasbrasil.org.br/)>. Acesso em jan. 2023.

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. [2023]. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br>>. Acesso em jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Estatísticas Municipais 2000 a 2020**. [2023a]. Disponível em: < <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/acao-a-informacao/dados-abertos/dados-abertos-previdencia/previdencia-social-regime-geral-inss/estatisticas-municipais-2000-a-2016>>. Acesso em: jan. 2023.

BRASIL. Tesouro Nacional Transparente. **Transferências a Estados e Municípios Estados e Municípios**. Brasília, 2023b. Disponível em: < <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios>>. Acesso em jan. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República [2022]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: nov. 2022.

BRASIL. **Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS**. Breve Histórico. Brasília: 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/acao-a-informacao/institucional/breve-historico>>. Acesso em nov. 2022.

CONTAG. **Previdência Social Rural: Potencialidades e Desafios**. Brasília. 2016. Disponível em <http://www.contag.org.br/arquivos/relatorio_previdencia%202.pdf> Acesso em: 10/05/2022.

DELGADO, Guilherme. JACCOUD, Luciana. NOGUEIRA, Roberto Passos. Seguridade Social, Previdência Social. In: **IPEA. Políticas sociais acompanhamento e análise**. n. 13, 2007. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/BPS_13_completo13.pdf> Acesso em: 10/05/2022.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 17 eds. 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Series Históricas e Estatísticas** [2023]. Disponível em: < <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: jan. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Pesquisa**

Industrial Anual 2011. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/1719/pia_2011_v30_n2_produto.pdf>.

Acesso em: jan. 2023.

JESUS, Clesio Marcelino et al. O programa agroamigo na Bahia (2005-2022): resultados gerais e desempenho no semiárido e demais regiões do Estado. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 54, p. 233-250, 2023.

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. Açúcar e riqueza na Bahia do século XVIII. In: GMÜNDER, Ulrich (org.). **A rapadura e o fusca. Cana, cultura, sociedade**. Salvador: Goethe Institut, 2009. p. 142-147.

PEREIRA, Júlia Modesto Pinheiro Dias. **Política de transferência de renda e migração na Bahia**: alguma conexão? Dissertação (mestrado em demografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. 414 p.

PESSOTI, Gustavo Casseb. Uma leitura da economia baiana pela ótica do PIB–1975/2005. Salvador: **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 8, n. 14, 2006.

PESSOTI, FCCL; PESSOTI, G. C. Panorama econômico da Bahia no século XXI. Fortaleza, **BNB Conjuntura Econômica** – Edição Especial, 2019.

PESSOTI, G. C.; PESSOTI, F. C. C. L.; SILVA, D. V. da. Os ciclos econômicos da Bahia: análise retrospectiva e perspectiva – 1975-2020. In: PESSOTI, G. C. (org.). **A Economia baiana em análise retrospectiva e perspectiva**. Salvador: CORECON-BA, 2015.

SIMÕES FILHO, Afrânio Mário. **Política de abastecimento na economia mercantil**: o celeiro público da Bahia (1785-1866). Tese (Doutoramento em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011, 246 f.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. O PLANDEB. Salvador: **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 11, n. 20, 2010.

*Recebido em: 18/09/2023.
Aprovado em: 21/03/2024.*